



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Assinado por: **Susete Paula de Oliveira Peixoto Amaro**

Num. de Identificação: 10544408

Data: 2021.09.21 14:42:48+00'00'

Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**

Atributos certificados: **Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital.**



**AJUSTE DIRETO N.º AjD-DRCTD/2021/11 PARA A CELEBRAÇÃO DE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E
VIAGENS NO CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL SOBRE A ESTRATÉGIA REGIONAL PARA O ESPAÇO,
ILHA DE SÃO MIGUEL, AÇORES, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021**

**AO ABRIGO DO DISPOSTO NO REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A,
DE 29 DE DEZEMBRO (RJCPRAA) E DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP),
APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

CADERNO DE ENCARGOS

SETEMBRO 2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

INDICE

Capítulo I	Erro! Marcador não definido.
Disposições Gerais	4
Objeto	4
Disposições por que se rege a aquisição de serviços	5
Prazo da prestação de serviços	6
Capítulo II	6
Obrigações do contraente público	6
Capítulo III	7
Obrigações do cocontratante	7
Obrigações do cocontratante	8
Dever de Sigilo	9
Prazo do dever de sigilo	9
Proteção dados pessoais	9
Capítulo IV	9
Da execução do contrato	9
Gestor do Contrato	9
Capítulo V	9
Penalidades contratuais e Resolução do contrato	9
Penalidades Contratuais	10
Força maior	10
Resolução do contrato pelo contraente público	11
Resolução do contrato pelo cocontratante	11
Capítulo VI	12
Caução e Seguros	12
Caução	12
Seguros	12
Capítulo VII	12
Resolução de litígios	12
Foro competente	12
Cessão da posição contratual e subcontratação	13
Capítulo VIII	13
Disposições Finais	13



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Deveres de colaboração recíproca e informação	13
Comunicações e notificações	13
Contagem dos prazos	14
Legislação aplicável	14



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Capítulo I

Disposições Gerais

Clausula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a prestação de serviços de AJUSTE DIRETO N.º AJD-DRCTD/2021/11 PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E VIAGENS E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A ESTRATÉGIA REGIONAL PARA O ESPAÇO, ILHA DE SÃO MIGUEL, AÇORES, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021.
2. A prestação de serviços de viagens diz respeito à marcação, reserva, emissão e eventuais alterações, incluindo o possível cancelamento, de deslocações aéreas para São Miguel, em datas a definir, em função do passageiro, em torno dos dias da realização da Conferência até ao limite máximo de:
 - a. 10 deslocações aéreas internacionais, de destinos nos EUA e/ou Canadá, em tarifa económica, flexível, com direito a uma peça de bagagem de porão
 - b. 10 deslocações aéreas internacionais, de destinos na Europa, em tarifa económica, flexível, com direito a uma peça de bagagem de porão
 - c. 20 deslocações aéreas nacionais em tarifa económica, flexível, com direito a uma peça de bagagem de porão
 - d. 5 deslocações aéreas regionais em tarifa económica, flexível, com direito a uma peça de bagagem de porão
 - e. 2 deslocações aéreas de destinos no resto do mundo, em tarifa económica, flexível, com direito a uma peça de bagagem de porão
3. A prestação de serviços de alojamento diz respeito à marcação, reserva, emissão e eventuais alterações, incluindo o possível cancelamento, de alojamento em:
 - a. Hotel de 4 estrelas, com pequeno-almoço, no raio de 5 km do Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, São Miguel, Açores até ao limite máximo de 47 quartos e três noites de pernoita;
 - b. Hotel de 4 estrelas, com pequeno-almoço, em destinos nacionais ou internacionais, para possíveis pernoitas de uma noite dos viajantes nas deslocações a caminho ou no regresso de São Miguel (ex. Boston ou Lisboa), até ao limite máximo de 5 quartos.
 - c. Hotel de 4 estrelas, com pequeno-almoço, em destinos nacionais ou internacionais, para possíveis pernoitas de uma noite dos viajantes nas deslocações a caminho ou no regresso de São Miguel (ex. Boston ou Lisboa), até ao limite máximo de 5 quartos.
4. O contratante público reserva-se o direito de:
 - a. Não utilizar o número máximo de deslocações aéreas e alojamentos previstos em 2 e 3;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

- b. Ou de alterar a composição relativa do conjunto de viagens e alojamentos, mediante necessidade, desde que não exceda o preço contratual.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

1. A execução do contrato obedece:

a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante.

Por contraente público entende-se a Região Autónoma dos Açores/Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (SRCCTD) – Direção Regional da Ciência e Transição Digital (DRCTD).

Por cocontratante entende-se a entidade com quem foi contratada a realização da prestação de serviços em referência.

b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 31/2010 de 14 de dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pela Declaração n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e pela Declaração n.º 42/2017, de 30 de novembro e Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;

c) Ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro que aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril;

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

a) O Clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos;

e) A proposta adjudicada;

f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3. Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o cocontratante obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com os serviços a realizar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

4. Além dos documentos normativos indicados neste caderno de encargos, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou detentoras de patentes.

5. O contraente público pode, em qualquer momento, exigir ao cocontratante a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo da prestação de serviços

1. A prestação dos serviços a realizar termina com a realização da Conferência a 11 e 12 de novembro

2. O prazo previsto no n.º 1 pretende dar cumprimento, preparação e organização da Conferência Internacional prevista para ter lugar, no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, a 11 e 12 de novembro de 2021.

3. O prazo referido no n.º 1 pode ser prorrogado ou reduzido, se houver alterações à data de realização da Conferência Internacional, prevista para ter lugar no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, a 11 e 12 de novembro de 2021.

Capítulo II

Obrigações do contraente público

Cláusula 4.^a

Preço contratual

1. A prestação de serviços a contratar tem como parâmetro base quanto ao preço o valor máximo de 73.900,00 € (setenta e três mil e novecentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número um inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação, seguros e deslocação de meios humanos, comunicações, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Cláusula 5.^a

Condições de pagamento

1. Em conformidade com a proposta adjudicada, o pagamento do preço contratual é efetuado após a prestação dos serviços objeto do contrato, a ser ajustado ao custo efetivo das passagens, alojamento, não podendo ultrapassar o valor contratado, para o período de execução do contrato.
2. Os pagamentos são efetuados mediante a apresentação da respetiva fatura.
3. a faturação deve ser distinta para alojamento e transporte aéreo, devendo ficar expressamente discriminadas na faturação do transporte aéreo todas as taxas aplicáveis relativas à deslocação.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
5. Para os efeitos do disposto no número anterior a obrigação considera-se cumprida com a conclusão da respetiva viagem que pode ou não incluir o alojamento.
6. As faturas têm que discriminar a informação referente a cada participante, incluindo o respetivo percurso e eventuais alojamentos, não se iniciando o prazo referido no número 1 enquanto não for recebida aquela informação.
7. Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do contrato ser publicitado, nos termos do previsto no artigo 127.º do CCP.
8. A entidade adjudicante pode deduzir nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:
 - a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;
 - b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
9. O contrato não está sujeito a revisão de preços.
10. Não são efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante
11. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
12. O montante indicado inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
13. Excluem-se das despesas referidas no ponto anterior, as despesas de deslocação a realizar no âmbito das atividades referentes a esta prestação de serviços.

Capítulo III

Obrigações do cocontratante

Cláusula 6.^a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Obrigações do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços cocontratante as obrigações principais:

- a. Assegurar a articulação com a entidade organizadora do evento, a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço), antes, durante e após a realização da Conferência;
- b. Garantir as reservas e emissões de bilhetes relativas a deslocações aéreas dos EUA (localizações específicas a definir), em tarifa económica, flexível e com direito a bagagem de porão, para a Ilha de São Miguel e regresso, até ao limite de 10 pessoas;
- c. Garantir as reservas e emissões de bilhetes relativas a deslocações aéreas da Europa (localizações específicas a definir), em tarifa económica, flexível e com direito a bagagem de porão, para a ilha de São Miguel e regresso, até ao limite de 10 pessoas;
- d. Garantir as reservas e emissões de bilhetes relativas a deslocações aéreas do território nacional (localizações específicas a definir), em tarifa económica, flexível e com direito a bagagem de porão, para a ilha de São Miguel e regresso, até ao limite de 20 pessoas;
- e. Garantir as reservas e emissões de bilhetes relativas a deslocações aéreas inter-ilhas (localizações específicas a definir), em tarifa económica, flexível e com direito a bagagem de porão, para a ilha de São Miguel e regresso, até ao limite de 5 pessoas;
- f. Garantir as reservas e emissões de bilhetes relativas a deslocações aéreas de destinos do resto do mundo (localizações específicas a definir), em tarifa económica, flexível e com direito a bagagem de porão, para a ilha de São Miguel e regresso, até ao limite de 2 pessoas;
- g. Garantir as reservas de alojamento na ilha de São Miguel, cidade de Ponta Delgada, num raio de 3 kms do Teatro Micaelense, para um máximo de 47 pessoas, em Hotel de 4 estrelas, com pequeno-almoço incluído;
- h. Garantir as reservas de alojamento nos EUA e a nível nacional (localizações específicas a definir), para possíveis pernoitas de passageiros em trânsito para ou da Ilha de São Miguel (ex. Boston ou Lisboa e Porto), até ao limite de 10 pessoas;
- i. Indicar, pelo menos, um elemento da sua organização como responsável por todos os processos mencionados nas alíneas anteriores;

2. São da responsabilidade do cocontratante todos os meios auxiliares, equipamentos, contactos com outras entidades e quaisquer ações de recolha e tratamento de informações que visem a boa prestação do serviço, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. Na execução dos serviços contratados, o cocontratante sujeita-se à legislação portuguesa e comunitária, aos regulamentos e outras normas aplicáveis.

Cláusula 7.^a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Dever de Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo não tem prazo limite, mantendo-se para além do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, com a sujeição a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Proteção dados pessoais

1. O contratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.

2. Quando solicitado, o cocontratante obriga-se a apresentar ao contraente público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

Capítulo IV

Da execução do contrato

Cláusula 10.^a

Gestor do Contrato

Para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e 290.º-A, ambos do CCP, é nomeado como gestor do presente contrato a Eng.^a Sara Pavão, Vogal da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço.

Capítulo V

Penalidades contratuais e Resolução do contrato

Cláusula 11.^a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao cocontratante, pode a entidade adjudicante exigir, até ao fim da prestação do bem móvel ou à resolução do contrato, uma pena pecuniária equivalente a 1‰ do valor do contrato por cada dia de incumprimento.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária equivalente ao somatório das prestações realizadas defeituosamente e das prestações que ficam por realizar pelo cocontratante em virtude da resolução, mas nunca inferior a 10 % do valor do contrato, nos termos da cláusula 4.^a.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

Cláusula 12.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer uma das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, nomeadamente aquelas que decorram da pandemia do SARS-CoV2.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o contraente público pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa-fé.
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo cocontratante, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado, nos termos do artigo 334.º do CCP;
- j) Com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do artigo 335.º CCP.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, é o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea i) do n.º 1, o cocontratante tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 14.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao contraente público;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo VI

Caução e Seguros

Cláusula 15.^a

Caução

Não é exigida a prestação de caução considerando que o preço contratual é inferior a 200.000,00 € (duzentos mil euros), nos termos do número 2 do artigo 43.º do Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

Cláusula 16.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à execução do contrato a celebrar.

Capítulo VII

Resolução de litígios

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.^a

Modificação objetiva do contrato



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

1. A entidade adjudicante pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.

2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato, o contrato pode ser modificado:

- a. Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato;
- b. Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

3. Nos casos previstos nos números anteriores, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato nos termos dos artigos 282.º e 314.º, ambos do CCP.

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

Capítulo VIII

Disposições Finais

Cláusula 21.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

2. Quaisquer comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativos ao contrato devem ser efetuadas por escrito.

Cláusula 22.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, através de correio registado, fax ou correio eletrónico.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Direção Regional da Ciência e Transição Digital

Contagem dos prazos

Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:

- a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;
- b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pela Declaração n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, pela Declaração n.º 42/2017, de 30 de novembro, no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, no Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, bem como a restante legislação conexa com a presente prestação de serviços.